



Lorena Melo Silva

De: Grupo Técnico <gt@abraceel.com.br>
Enviado em: terça-feira, 31 de maio de 2016 16:28
Para: consulta publica.portaria
Assunto: Contribuição da Abraceel à CP do MME
Anexos: Abraceel_Contribuicao_MME_Escoamento_SIN.pdf

A Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) apresenta contribuição à Consulta Pública do Ministério de Minas e Energia (MME), que tem como objetivo estabelecer diretrizes gerais para a definição da capacidade do SIN relativa ao escoamento de geração de energia elétrica proveniente de leilões de energia nova, de fontes alternativas e de energia de reserva.

Atenciosamente,

Diretoria-Executiva.

Brasília, DF, 31 de maio 2016.

Contribuição da Abraceel à Consulta Pública do MME

A Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) apresenta contribuição à Consulta Pública do Ministério de Minas e Energia (MME), que tem como objetivo estabelecer diretrizes gerais para a definição da capacidade do SIN relativa ao escoamento de geração de energia elétrica proveniente de leilões de energia nova, de fontes alternativas e de energia de reserva.

Primeiramente, parabenizamos o Ministério pela iniciativa de abertura de consulta pública para tratar deste assunto, que tem o potencial de aprimorar regulamentações de absoluta pertinência para empreendimentos de geração no ACL.

Assim como exposto na nota técnica do MME, a Abraceel entende que a complementaridade da transmissão e geração é fator de peso para a consolidação de fontes alternativas na matriz energética nacional.

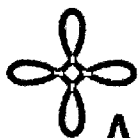
Acreditamos também, que a previsibilidade de garantia de acesso aos sistemas de distribuição e transmissão, de modo não discriminatório, prevista no decreto 2.655, de 2 de julho de 1998, é peça fundamental para complementaridade da entrada de empreendimentos de geração e os sistemas de transmissão.

Apresentamos a seguir as contribuições específicas à consulta pública.

Do critério para consideração de usinas do ACL

Como descrito no Art. 9 da minuta de portaria proposta, o acesso ao SIN dos ganhadores dos leilões onde foi considerada a capacidade de escoamento do SIN ficará garantido, desde que sejam cumpridos os prazos para emissão do ato de outorga da central geradora e de celebração do CUST, do CCT e do Contrato de CCEAR ou do CER, conforme estabelecido nos Editais dos Leilões.

Na metodologia da citada capacidade de escoamento do SIN, como está exposto no inciso III, Art. 5º da mesma minuta de portaria, devem ser consideradas as usinas do ACL, desde que tenham celebrado, até o prazo de cadastramento dos leilões, os seguintes contratos:



ABRACEEL Associação Brasileira dos
Comercializadores de Energia



- i) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e o Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão (CCT); ou
- ii) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) e Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição (CCD).

De acordo com a regulamentação vigente que trata do acesso às redes de transmissão e distribuição, com destaque para as Resoluções ANEEL 281 de 1999 e 506 de 2012, a assinatura dos contratos supracitados deve ser precedida da realização do parecer de acesso por parte do Operador Nacional do Sistema (ONS) ou da Distribuidora, contemplando todos os requisitos descritos nos Procedimentos de Rede ou nos Procedimentos de Distribuição (Prodist) da ANEEL, dependendo do sistema acessado.

Adicionalmente, a assinatura de contratos de uso do sistema na fase conceitual do empreendimento representa de forma muito antecipada o assentimento de uma obrigação de cronograma, que poderá sofrer desvios durante a realização das obras muitas vezes por riscos não gerenciáveis pelo empreendedor.

Destaca-se ainda, no caso de CUST de empreendimentos do ACL, a obrigatoriedade de obtenção de carta de fiança bancária (CFB), documentação que poderá não estar disponível no estágio inicial do projeto.

De acordo com a minuta da portaria, usinas que ainda não tenham efetuado a assinatura do CUST ou CUSD perdem a previsibilidade de operação em um determinado ponto de acesso, mesmo que já tenham passado da fase de projetos e já tenham iniciado sua construção, ou estejam em última fase para isso, uma vez que o acesso será garantido para as usinas vencedoras de leilões regulados, caso apresentem os requisitos necessários.

Mesmo que as usinas do ACL apresentem a assinatura de contratos de uso dos sistemas em mesma data das usinas vencedoras do leilão, entende-se, pelo exposto na minuta de portaria, que os vencedores do leilão terão prioridade para atendimento, o que, pelo entendimento da Abraceel, pode ser compreendido como um ato discriminatório.

Portanto, buscando harmonização dos critérios para empreendimentos de geração do ACR e ACL, assim como destaca a ABEEólica, nas cartas CT 0007/15 e CT 0012/15, propomos para consideração das usinas do ACL na metodologia a exigência



ABRACEEL Associação Brasileira dos
Comercializadores de Energia



de (i) Licença Prévia, (ii) Comprovação de situação fundiária, (iii) Despacho de Requerimento de Outorga (DRO), e (iv) Aporte de garantia de 5% do valor do investimento.

Estas exigências devem garantir o fiel cumprimento do agente de geração em implantar o seu investimento.

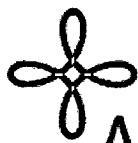
Atenciosamente,

João Barreto

Assessor Técnico

Alexandre Lopes
Diretor Técnico

Reginaldo Medeiros
Presidente Executivo



ABRACEEL Associação Brasileira dos
Comercializadores de Energia



ANEXO I

MME	Texto Abraceel	Justificativa Abraceel
<p>Art. 5º</p> <p>Para fins de configuração da geração utilizada na definição de capacidade do SIN para escoamento de geração nos leilões de que trata esta Portaria serão considerados:</p> <p>[...]</p> <p>III - as usinas para fins de atendimento ao Ambiente de Contratação Livre - ACL, desde que o gerador tenha celebrado, até o prazo de cadastramento dos leilões de que trata esta Portaria, os seguintes contratos:</p> <p>a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão – CUST e Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão – CCT, para o acesso à Rede Básica; ou</p> <p>b) Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD e Contrato de Conexão ao Sistema de Distribuição – CCD, para o acesso às redes de distribuição.</p>	<p>Art. 5º</p> <p>Para fins de configuração da geração utilizada na definição de capacidade do SIN para escoamento de geração nos leilões de que trata esta Portaria serão considerados:</p> <p>[...]</p> <p>III - as usinas para fins de atendimento ao Ambiente de Contratação Livre - ACL, desde que o gerador tenha celebrado, até o prazo de cadastramento dos leilões de que trata esta Portaria, os seguintes contratos documentos: Licença Prévia, comprovação de situação fundiária, Despacho de Requerimento de Outorga (DRO) e aporte de garantia de 5% do valor do investimento.</p>	<p>A assinatura de CUST e CUSD envolve uma série de requisitos que só poderão ser contemplados nas últimas etapas de conclusão das obras do empreendimento, como, por exemplo, o parecer de acesso da usina aos sistemas de transmissão ou distribuição e, exclusivamente no caso de CUST de empreendimentos do ACL, a carta de fiança bancária (CFB).</p> <p>Portanto, é possível que usinas que ainda não efetuaram a assinatura do CUST ou CUSD, percam a previsibilidade de operação em um determinado ponto de acesso, mesmo que já tenham passado da fase de projetos e já tenham iniciado sua construção, ou estejam em última fase para isso, uma vez que o acesso será garantido para as usinas vencedoras de leilões regulados, caso apresentem os requisitos necessários.</p> <p>Mesmo que as usinas do ACL apresentem a assinatura de contratos de uso dos sistemas em mesma data das usinas vencedoras do leilão, entende-se, pelo exposto na minuta de portaria, que os vencedores do leilão terão prioridade para atendimento, o que, pelo entendimento da Abraceel, pode ser caracterizado como um ato discriminatório.</p>